

PARECER Nº 32

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

RELATÓRIO DE INVESTIMENTOS REF AO MÊS DE DEZEMBRO DE 2025

Este Relatório está em consonância com as disposições constantes no Manual do Pró Gestão RPPS e com o Decreto nº 3.122 de 25 de julho de 2018, que trata da criação e regulamentação do Comitê de Investimentos na Prev São José.

No dia 26 de janeiro de 2026, às 10h00min, os membros do Comitê de Investimentos reuniram-se na sede da Autarquia para participar da 106ª Reunião Ordinária com o objetivo de analisar o Relatório Mensal de Investimentos referente ao mês de dezembro de 2025.

Conforme pauta da Ata, foram analisados: **1) REVISÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PARA 2026, TENDO EM VISTA MUDANÇA DE LEGISLAÇÃO; 2) ANÁLISE DO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2025; 3) ANÁLISE DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DA PREV SÃO JOSÉ - DEZEMBRO DE 2025; 4) ANÁLISE DE CENÁRIOS; 5) ALOCAÇÃO DE RECURSOS NOVOS; e 6) ANÁLISE DA MINUTA QUE TRATA SOBRE A CRIAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS.**

O senhor Marcelo Silva, analista de investimento da Crédito e Mercado apresentou aos membros do Comitê de Investimentos a minuta revisada da Versão nº 2 da Política de Investimentos para 2026, elaborada com base na nova Resolução CMN nº 5.272, de 18/12/2025 em substituição à Resolução nº 4.963/2021, contendo os segmentos e limites estabelecidos para alocação dos recursos da PREV SÃO JOSÉ. Esclareceu que a nova resolução entra em vigor em 2 de fevereiro de 2026 e que as principais alterações estão na grade de alocação de recursos estabelecendo novos limites de aplicação, impactando principalmente os RPPS que não possuem certificação Pró Gestão, pois a possibilidade de diversificação das aplicações ficará bem restrita. Destacou que como a Prev São José obteve a certificação de nível II do Pró Gestão nossa estratégia de investimentos não será comprometida, com exceção dos recursos alocados no segmento de Investimento no Exterior (BDR) que com a nova resolução, não poderemos alocar novos recursos nesse segmento, pois são exclusivas para os RPPS que comprovarem o nível III ou superior de aderência ao programa de Certificação Institucional – PRÓ-GESTÃO. Destacou que para os recursos já alocados nesse segmento, devem ser desinvestidos, ou, a PREV SÃO JOSÉ deverá buscar o Nível III do PRÓ GESTÃO, sendo que pela nova Resolução o prazo para nova certificação ou o desinvestimento total é de dois anos a partir da vigência da resolução, de acordo com o Art. 27 § 1º da Resolução CMN 5.272 de 18 de dezembro de 2025. Na sequência, foi desfazendo dúvidas quanto às alterações, assim como aos novos limites e segmentos constantes na apresentação, sendo que os mesmos foram ajustados, de acordo com o perfil da carteira da PREV SÃO JOSÉ. Ficou convencionado que a Política de Investimentos Revisada será apresentada pelo Diretor Financeiro, para apreciação, ao conselho fiscal na data de 28 de janeiro e para aprovação, ao Conselho de Administração, no dia 29 de janeiro.

Foi apresentado pelo Diretor Financeiro o relatório de Investimentos da Carteira da PREVISÃO SÃO JOSÉ, com retorno percentual no mês de 0,92% ficando o retorno total da carteira no período (janeiro a dezembro) em 13,41%, sendo que no segmento de renda fixa o retorno foi de 0,85%, renda variável 1,32% e no segmento de Investimento no exterior a carteira teve retorno de 3,12%, a carteira de Investimentos da PREVISÃO SÃO JOSÉ fechou o mês com o PL total de R\$ 2.024.265.077,70, o IPCA teve uma variação no mês de 0,33%, com isso a meta atuarial para o período (janeiro a dezembro) ficou em 9,69% com 138,45% de atingimento da meta para o período, a Consultoria indicou que a carteira da PREVISÃO SÃO JOSÉ, está com diversificação muito boa e com proteção adequada para o momento, com 92,51% em renda fixa, 5,95% renda variável e 1,54% de Investimentos no Exterior. Os fundos atrelados em CDI têm a maior concentração da carteira com 21,92% seguidos dos fundos vértices de longo prazo com 12,76% e dos títulos públicos federais com 12,05%. Comentou que as movimentações efetuadas no decorrer do mês, aumentando nossa exposição em títulos de curto prazo foram importantes para diminuir o impacto negativo da oscilação do mercado, garantindo estabilidade. Os investimentos encontram-se devidamente enquadrados, de acordo com as Resoluções do Conselho Monetário Nacional e Política de Investimentos, com exceção do fundo de Investimento em Ações - CAIXA BRASIL IBX-50, onde o total das aplicações representou mais de 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do fundo. O desenquadramento passivo ocorreu tendo em vista que houve resgate de cotas por cotistas desse fundo que acabou ocasionando essa situação, foi observado pelo Gestor de Investimentos que no mês de janeiro o fundo já foi enquadrado no limite estabelecido na legislação, com o resgate do valor que estava superando o limite legal. Como parte integrante do processo de controle e monitoramento do Risco de Mercado foram observadas as referências estabelecidas na Política de Investimentos, que estima a perda máxima de um investimento ou portfólio dentro de um período e nível de confiança definidos, sendo: VaR - mês de 0,99% para o segmento de renda fixa tendo como limite 0,72%, VaR - mês de 7,07% para o segmento de renda variável e estruturados tendo como limite 6,50% e VaR - mês de 7,66% para o segmento de investimento no exterior tendo como limite 6,66%. Foi observado um Var acima do limite tanto para o segmento de renda fixa, renda variável quanto nos ativos do exterior. Após consultada, a assessoria financeira nos passou as seguintes informações: Renda Fixa. O mercado interno apresentou um stress nos juros de curto prazo, tendo em vista a expectativa do corte de juros estar demorando um pouco mais a acontecer e a questão do risco fiscal provocaram uma alta oscilação na renda fixa. Renda Variável/Exterior. Expectativa do mercado na trajetória dos juros americanos com política monetária mais cautelosa também provocaram incertezas na bolsa de valores. O comitê avaliou como eventos pontuais, que podem ocorrer em alguns períodos. Assim, não foram identificadas situações de excessiva exposição ao risco, motivo pelo qual não foi acionado o Plano de contingência previsto na Política de Investimentos. Os membros do comitê de Investimentos após análise, avaliaram que os recursos estão aplicados de acordo com a legislação vigente, estão aderentes ao que foi proposto na Política de Investimentos e a rentabilidade está em linha com o mercado, manifestando-se, por unanimidade, favoráveis à sua aprovação.

O Consultor sugeriu que poderíamos diminuir um pouco nossa exposição em fundos DI, de imediata liquidez, realocando esses recursos em títulos negociados diretamente com o Tesouro Nacional aproveitando assim as boas taxas oferecidas, lembrando que esses títulos são marcados na curva. Sugeriu os Títulos Públicos com médio prazo, vencimentos em 2027, 2028 e 2030. Com relação aos recursos aplicados no exterior sugeriu apenas para manutenção da posição. Com relação aos recursos aplicados em Renda Variável esclareceu que apesar de a bolsa estar operando nas máximas históricas o mercado estima que uma eventual queda na taxa Selic poderá acarretar uma fuga de investidores da renda fixa para a renda variável, ocasionando uma valorização no índice, por isso sugeriu considerarmos em nossa carteira de investimentos a estratégia em dividendos pois tende ser mais defensiva na comparação com uma carteira de ações tradicional. Os membros do comitê manifestaram-se por unanimidade, no sentido de não fazer realocações táticas na carteira neste momento.

Alteração do Decreto 3.122/2018. Considerando que essa matéria já passou por análise e aprovação pelo Conselho de Administração, conforme Ata nº 236, de 30/07/2025 e que após ser encaminhada à Procuradoria Geral do Município para análise e parecer, o texto voltou à Prev São José com apontamentos, necessitando assim algumas adequações. Após análise e deliberação os membros do comitê, de forma unânime, manifestaram-se favoráveis a aprovação da revisão da Minuta. Ficou definido ainda que, a proposição da revisão da Minuta será encaminhada ao Conselho Fiscal e Conselho Administrativo para análise e, se for o caso, aprovação.

Conforme Ata da centésima quinta reunião dos membros do Comitê de Investimentos, do dia 15/12/25, estava pendente de apresentação o relatório sobre o estudo da ALM 2025. O relatório foi apresentado aos membros do Comitê, de forma virtual, pelo analista de investimentos senhor Vitor Pavan, na data de 09 de janeiro de 2026. Esse relatório objetiva um melhor entendimento dos riscos inerentes à gestão dos recursos do RPPS em busca de minimizar os impactos do descasamento do ativo e passivo do plano de benefícios. Propõe-se a diagnosticar a melhor Alocação Estratégica dos ativos, considerando o fluxo das obrigações definidas em cálculo atuarial. Dentre algumas considerações passadas pelo apresentador, está a posição da carteira da PREV em comparação com Portfólio ideal. O Portfólio ideal é aquele que leva em consideração o passivo atuarial e a sua duração, tendo como finalidade maximizar a rentabilidade da carteira. Na sequência, o apresentador foi desfazendo dúvidas apresentadas pelos membros. Após a apresentação os Membros do Comitê de Investimentos consideraram a importância dessa ferramenta de gestão e ponderaram a migração gradativa da carteira de investimentos da PREV SÃO JOSÉ para o portfólio 07 mais próximo da fronteira eficiente definido por Markowitz, indicado no estudo, visto que o mesmo projeta os próximos 75 anos, e há a necessidade de alocações táticas de acordo com o movimento do mercado. Os membros do comitê de Investimentos manifestaram-se, por unanimidade, favoráveis à sua aprovação.

O Presidente franqueou a palavra e como ninguém fez uso da mesma, encerrou a reunião às 12 horas e a presente ata, após lida e aprovada, foi assinada pelos presentes.

Assim sendo os Membros do Comitê de Investimentos, após análise do relatório apresentado, avaliaram que os recursos estão aplicados de acordo com a legislação vigente, estão aderentes ao que foi proposto na Política de Investimentos e a rentabilidade está em linha com o mercado, desta forma encaminha-se o presente ao Conselho Fiscal com parecer pela sua APROVAÇÃO.



LUIZ CARLOS BONATO
Presidente do Comitê



AUSENTE
MILTON TALAMINI CARDOSO
Membro



IVO CETNARSKI
Membro



IVAN FERREIRA DE MELO
Vice-Presidente